ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO. A REFORMA DO DECISUM DEVE SER BUSCADA POR MEIO DE OUTRO RECURSO QUE NÃO ESTE. O INTUITO É PREQUESTIONAR A MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento aos embargos, nos termos do voto do Des Relator.

029. APELAÇÃO 0321091-22.2010.8.19.0001 Assunto: Gratificação de Encargos Especiais - GEE / Gratificações Estaduais Específicas / Sistema Remuneratório e Benefícios / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 7 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0321091-22.2010.8.19.0001 Protocolo: 3204/2016.00581213 - APELANTE: CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ APELANTE: FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RIOPREVIDENCIA PROC. EST.: BIANCA CAMARINHA DOMINGUEZ APELADO: JOAO FERREIRA DA ROCHA NETO ADVOGADO: EDSON GAUDIO RANGEL OAB/RJ-050200 **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Ementa: JUÍZO DE RETRATAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. ARTIGO 1.030, II, DO CPC/15. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 150 DESTA E. TRIBUNAL. JULGADO QUE SE RESTRINGE À EXTENSÃO DA GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA EM CARÁTER GERAL AOS SERVIDORES ATIVOS AO SERVIDOR INATIVO. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA COM O JULGADO PARADIGMA DO STF. INAPLICABILIDADE DO TEMA Nº 315 DO STF. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO EXERCIDO. Conclusões: Por unanimidade, manteve-se o acórdão de fls. 210/214, em sede de juízo de retratação, nos termos do voto do des Relator.

030. APELAÇÃO 0371057-51.2010.8.19.0001 Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAPITAL 1 VARA CIVEL Ação: 0371057-51.2010.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00666335 - APELANTE: BANCO PAN S A ADVOGADO: EDUARDO CHALFIN OAB/RJ-053588 APELADO: JOSÉ DOS SANTOS NAZARIO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 APELADO: MASSA FALIDA DE IMBRA S A REP/P/ JULIO KAHAN MADEL E ASDRUBAL MONTENEGRO NETO ADVOGADO: ASDRUBAL MONTENEGRO NETO OAB/SP-084072 ADVOGADO: JULIO KAHAN MANDEL OAB/SP-128331 **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Funciona: Defensoria Pública Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. PARTE AUTORA QUE CONTRATOU SERVIÇO ODONTOLÓGICO COM O 2º RÉU (IMBRA), MAS, IMPOSSIBILITADO DE REALIZAR O PAGAMENTO EM SUA TOTALIDADE, OBTVEU PROPOSTA DE FINANCIAMENTO DO VALOR RESTANTE, REALIZANDO NA OPORTUNIDADE UM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO COM O 1º RÉU (BANCO PAN). CONTRATO DE FINANCIAMENTO ACESSÓRIO AO PRINCIPAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS RÉUS, HAJA VISTA AS ATIVIDADES EMPRESARIAIS DESENVOLVIDAS ESTAREM INTERLIGADAS. APLICAÇÃO DO ART. 7º, PARÁGRAFO ÚNICO C/C 25, § 1º, DO CDC. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO COMPROVADA, QUANDO DA INTERRUPÇÃO INDEVIDA DO TRATAMENTO ODONTOLÓGICO DO DEMANDANTE, EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO 2º RÉU, O QUE SURTIU EFEITOS NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO COM O 1º RÉU. CONTRATO RESCINDIDO E DÍVIDA DECLARADA INEXISTENTE, SENDO CERTO, AINDA, QUE A QUANTIA A SER RESTITUÍDA AO AUTOR, DE R\$1.628,00, FICOU DEMONSTRADA NOS AUTOS ATRAVÉS DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS, EM VIRTUDE DA INTERRUPÇÃO ABRUPTA DO TRATAMENTO ODONTOLÓGICO DO AUTOR, CAPAZ DE ULTRAPASSAR O MERO ABORRECIMENTO E ATINGIR A ESFERA DE SUA DIGNIDADE. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO EM R\$5.000,00. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do des Relator.

031. APELAÇÃO 0377615-63.2015.8.19.0001 Assunto: Direitos da Personalidade / Pessoas naturais / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 2 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0377615-63.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00657660 - APELANTE: AMOR E ESPERANÇA MERCADINHO LTDA. ADVOGADO: RÔMULO BARCELLOS DOS SANTOS OAB/RJ-125101 ADVOGADO: JOÃO LUIZ DO COUTO LADEIRA OAB/RJ-088905 APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: ALINE REIS DE SOUZA JATAHY **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. ATRIBUIÇÃO INCORRETA DO VALOR DA CAUSA. DETERMINAÇÃO DE EMENDA À EXORDIAL, NO PRAZO DE 15 QUINZE DIAS, NOS TERMOS DO ART. 321, CAPUT, DO CPC. CERTIDÃO QUE ATESTOU O TRANSCURSO DO PRAZO IN ALBIS. APRESENTAÇÃO DE EMENDA À INICIAL DE FORMA INTEMPESTIVA. DESPACHO POSTERIOR REQUERENDO JUNTADA DE DOCUMENTOS PROBATÓRIOS DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA PARA FINS DE APRECIÇÃO DO PEDIDO DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS AO FINAL. CUMPRIMENTO A DESTEMPO QUE NÃO GERA PREJUÍZO AO REGULAR DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO. NATUREZA DILATÓRIA DO PRAZO PARA EMENDA À INICIAL (RESP EM RECURSO REPETITIVO N. 1133689/PE, SOB O TEMA 321). JUÍZO QUE CONCEDEU, TACITAMENTE, A DILAÇÃO DO PRAZO PARA EMENDA, AO REQUERER, POSTERIORMENTE, COMPROVAÇÃO DO ENCERRAMENTO DA EMPRESA PARA APRECIÇÃO DO PLEITO DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS AO FINAL. EMENDA QUE DEVE SER RECEBIDA, DE MODO A SER APRECIADA PELO JUÍZO DE ORIGEM, QUE DEFINIRÁ SE A PARTE AUTORA INDICOU CORRETAMENTE O VALOR DA CAUSA. EM CASO POSITIVO, A INICIAL DEVE SER RECEBIDA, QUANTO A ESTE PONTO. EM CASO NEGATIVO, TEM AINDA A PARTE AUTORA DIREITO DE PROMOVER NOVAS CORREÇÕES À INICIAL, SALVO SE O JUÍZO DETERMINAR QUE O PRAZO SERÁ IMPROPRORROGÁVEL. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. Conclusões: Por unanimidade, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Des Relator.

032. APELAÇÃO 0409422-04.2015.8.19.0001 Assunto: Índice de 11,98% / Índice da URV Lei 8.880/1994 / Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 8 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0409422-04.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00664289 - APELANTE: DELCERNI PEREIRA DE OLIVEIRA ADVOGADO: CARLOS HENRIQUE DE SOUZA JUND OAB/RJ-087458 APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: PAULA BAHIANSE DE ALBUQUERQUE E SILVA **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. PRETENSÃO DE PERCEPÇÃO DE DIFERENÇAS SALARIAIS EM VIRTUDE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV. POLICIAL CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA PELA LEI ESTADUAL 3.586/2001. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. DEFASAGEM REMUNERATÓRIA QUE, DE TODO MODO, EXISTIRIA APENAS PARA OS SERVIDORES QUE PERCEBIAM SEUS VENCIMENTOS NO MÊS DE REFERÊNCIA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. MANUTENÇÃO DO DECISUM. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do des Relator.

033. APELAÇÃO 0432503-79.2015.8.19.0001 Assunto: Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso / Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 15 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0432503-79.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00454960 - APELANTE: SERGIO DA COSTA ADVOGADO: GARY DE OLIVEIRA BON ALI OAB/RJ-004474 APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: ANDRÉ LUIZ PETTENA DE OLIVEIRA **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES LEGAIS AUTORIZADORAS DO RECURSO. NÃO HÁ OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO. A REFORMA DO DECISUM DEVE SER BUSCADA POR MEIO DE OUTRO RECURSO QUE